CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL ATA DA 50º REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Ao décimo nono dia do mês de junho de dois mil e vinte quatro, às 9 horas, realizou-se a 50ª reunião extraordinária do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal – CRH/DF, de forma presencial, no Auditório Humberto Ludovico, na Adasa, Estação Rodoferroviária de Brasília, Ala Norte, Térreo, Brasília/DF, atendendo à convocação do Secretário de Estado de Meio Ambiente e Proteção Animal do Distrito Federal – SEMA/DF, GUTEMBERG GOMES, que foi representado pelo primeiro suplente GLAUCO AMORIM DA CRUZ/SEMA-DF, que presidiu a reunião. Fizeram-se presentes os conselheiros: GLAUCO AMORIM DA CRUZ/SEMA-DF; PAULO HENRIQUE BUENO/SEAGRI; LEONARDO CLEMENTINO/SODF; VÂNIA LÚCIA PEDROSA/SES-DF; RENATA MACHADO MONGIN/IBRAM-DF; JANAÍNA EMANUELLE STARLING/IBRAM-DF; JULIANA PINHEIRO GOMES/ADASA; ELONEIDE FRANÇA/CAESB; SAMUEL MESQUITA/CEB; MANOEL ALESSANDRO DE ARAÚJO/IBAMA; MARIA EMÍLIA BORGES ALVES/EMBRAPA; GUILHERME AMÂNCIO LOULY CAMPOS/SR-DF; OLÍVIA KROHN/FIBRA-DF; ANTÔNIO CARLOS DE ARAÚJO NAVARRO/FIBRA-DF; PATRÍCIA VALLS E SILVA/CBH-MA; PAULO KRUEGER/CBH-PRETO; ALBA RAMOS/CBH-PARANAÍBA; RAQUEL BROSTEL/ABES-DF; SÉRGIO KOIDE/UNB; REGINA FITTIPALDI/FÓRUM ONGs. A Conselheira suplente LUCIJANE MONTEIRO DE ABREU/ABES-DF, justificou a ausência. Participaram como ouvintes: PEDRO HENRIQUE MEDEIROS/ADASA; GIOVANNA PEREIRA/ADASA; TARCILA GENEROSO/CAESB; ELISA MEIRELLES/SEMA; ANA CECÍLIA/SEMA; ALESSANDRA PEREIRA/ADASA; WENDEL LOPES/ADASA; ÉRICA DE FREITAS/ADASA; VANDETE MALDANER/ADASA e MÔNICA CALTABIANO EICHLER/ADASA que elaborou a ata. O Presidente, após a verificação do quórum, declarou aberta a sessão em segunda chamada, às 9h, cumprimentando a todos, agradecendo a presença dos Conselheiros e justificando a ausência do Secretário Gutemberg Gomes. Promoveu a leitura da pauta e passou a palavra ao Sr. Wendel Lopes (ADASA) que procedeu à apresentação do Relatório PROCOMITÊS 2023, juntamente com a Sra. Giovanna (Adasa). Foram apresentados os dados referentes ao cumprimento das metas do programa e valores referentes aos gastos e ao saldo remanescente. Foi esclarecida a divergência de dados apontada pela Sra. Raquel (ABES-DF) na reunião anterior e que havia ficado pendente em função das informações solicitadas à Agência Nacional de Águas (ANA). A Sra. Alba (CBH Paranaíba DF) questionou sobre o acesso dos Comitês ao dinheiro disponibilizado pelo programa. O Sr. Wendel informou que tendo saldo e observando-se os prazos estabelecidos no programa, pode-se pleitear acesso por meio da submissão de projetos dos Comitês. A Sra. Raquel (ABES-DF) alertou sobre a importância de se utilizar os recursos do PROCOMITÊS em ações voltadas ao Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos, no DF. Não tendo mais manifestações a respeito do relatório, o Presidente submeteu o relatório à votação. Relatório aprovado por unanimidade. Passou-se a leitura da Resolução do CRH-DF, sobre a aprovação do relatório anual de certificação do alcance das metas do período 2023 do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas – PROCOMITÊS, para o Distrito Federal, feita na íntegra pela Sra. Giovanna (Adasa). Após a leitura, o Presidente submeteu a resolução à aprovação do CRH-DF. Resolução aprovada por unanimidade. Passou-se para o item 4 da pauta, referente à minuta de Resolução do Conselho que aprova as diretrizes gerais para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos no DF. O Presidente informou que os trabalhos foram elaborados por um GT Cobrança, criado no âmbito da CTPA e leu o nome de todos os membros do referido GT. Passou a palavra para a Sra. Alba, coordenadora do GT Cobrança, que apresentou o relatório sobre o desenvolvimento dos trabalhos da CTPA e do GT, acerca das análises feitas de diversos normativos relacionados à cobrança em diversos estados; da base legal, utilizada na construção da minuta de resolução; da Nota Técnica 001/2020, elaborada pela CTPA sobre o instrumento Cobrança e do Relatório de vista da Adasa ao processo 00393.0000.0255/2021-66. Informou que enquanto não for criada a agência de bacia, no DF, a Adasa será a responsável por realizar a cobrança. Após a apresentação do relatório, a Sra. Alba fez a leitura integral da resolução, salientando que na construção do documento foi considerado o Zoneamento Econômico Ecológico (ZEE) do Distrito Federal, que realça a necessidade de incentivar atividades produtivas nas Unidades Hidrográficas - UHs do Distrito Federal. Após a apresentação, o Presidente agradeceu aos integrantes do GT Cobrança e à CTPA, em nome do Secretário de Estado, Sr. Gutemberg Gomes, pela dedicação e pela qualidade do produto entregue ao Conselho. Passou a palavra ao Sr. Sérgio Koide (UnB) que parabenizou a todos os envolvidos e informou que o objetivo da

cobrança é a conscientização do usuário sobre o valor da água e que o valor cobrado deve ser justo considerando o volume medido, obedecendo-se aos normativos. Comentou que quando se fala em carga, deve-se falar em volume e que é necessário rever a questão do uso insignificante. Questionou sobre o artigo 7º, § 5º referente à situação de ausência de dados de medição para a cobrança. A Sra. Vandete (Adasa) informou que nesse caso, o volume outorgado é que será considerado para o cálculo da cobrança. O Sr. Koide questionou o tratamento da Adasa nos casos dos usos irregulares, tão comuns no DF. A Sra. Vandete informou que esses casos são objeto de ações de fiscalização da Adasa. O Sr. Antonio Navarro (FIBRA-DF) sugeriu o emprego de uma política de incentivo de regularização do uso dos recursos hídricos. A Sra. Regina comentou que o processo de cobrança deve ser o mais transparente possível; apoiado por ações de educação ambiental; baseado num olhar sistêmico de gestão da água no território. A Sra. Alba questionou se a Adasa considera o balanço hídrico na gestão das outorgas. A Sra. Juliana Gomes (Adasa) informou que sim. A Sra. Raquel (ABES-DF) sugeriu que a Adasa apresente os próximos passos relativos à implementação da cobrança; o programa de comunicação; informações sobre a criticidade das bacias hidrográficas; número de outorgas concedidas por bacia; volume outorgado; dados de vazão medida e vazão estimada nas unidades hidrográficas do DF e finalizou solicitando agendamento de reunião para tratar dos temas elencados. Não tendo mais manifestações, o Presidente submeteu a minuta de resolução sobre a cobrança à aprovação. Resolução aprovada por unanimidade. O Presidente parabenizou a todos os envolvidos. A Sra. Alba, agradeceu a confiança de todos. Passou-se para os informes gerais e o Presidente informou que foi encaminhado Ofício às instituições membros do CRH-DF para que manifestem o interesse em participar do GT criado para analisar os produtos referentes à atualização do PGIRH e indiquem seus respectivos representantes. A Sra. Alba (CBH Paranaíba DF) comentou que com a implantação da cobrança será necessário retornar ao tema agência de bacia e que os Comitês de Bacia do DF se pronunciaram a favor da criação de uma agência de bacia única para o DF. Comentou que o modelo adotado recentemente, de contratação de um escritório para apoio aos Comitês, não supre a função de uma agência que tem viés técnico e não somente administrativo. O Presidente informou que esse tema será objeto de estudo pela CTPA. A Sra. Raquel (ABES-DF) sugeriu reunião entre CTPA e Comitês do DF para análise dessa questão. A Sra. Alba solicitou à secretaria executiva do CRH-DF a disponibilização da Nota Técnica da CTPA que trata desse tema de forma a subsidiar os estudos sobre o formato de agência de bacia. A Sra. Regina (Fórum das ONGs) sugeriu convidar a Terracap para falar sobre a obra em andamento na frente do late Clube de Brasília. O Presidente informou que para a próxima reunião do CRH-DF serão feitos os convites à Terracap e ao Professor Vicente, conforme solicitação anterior. A Sra. Raquel (ABES-DF) sugeriu que juntamente com a palestra do professor Vicente, sejam apresentados dados da situação dos mananciais e sedimentos nas bacias. Comentou sobre a atuação do CONSAB como articulador das políticas de saneamento e a necessidade de integração entre CRH-DF e CONSAB para a implantação do enquadramento dos corpos hídricos no DF, cruzando-se dados dos indicadores de saneamento com os de recursos hídricos. O Sr. Manoel (IBAMA) salientou a necessidade de integração das políticas de meio ambiente e de recursos hídricos e sugeriu uma reunião entre CONAM-DF e CRH-DF. O Presidente comentou que avaliará essa proposta, do ponto de vista regimental e jurídico. Comentou que durante a semana do meio ambiente a SEMA conseguiu realizar 90 ações relacionadas a resíduos sólidos e recursos hídricos. Finalizada a pauta fez-se uma foto dos participantes da reunião de forma a registrar o momento histórico de aprovação das diretrizes gerais para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos no DF. O Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião.